

A história da construção da atenção psicossocial em Assis: espectros do manicômio

Thaís Fabiana Faria Machado¹

Cristina Amélia Luzio²

Faculdade de Ciências e Letras da UNESP-Assis

“Civilizar, urbanizar o homem: eis o objetivo de uma boa política”.

Sônia A. M. França

Resumo: Este trabalho aborda a trajetória da assistência em saúde mental em Assis-SP a partir da construção de um hospital psiquiátrico em 1970, cujas obras foram interrompidas logo no seu início. Trata-se de uma pesquisa exploratória documental a partir de notícias publicadas em um jornal diário, em que buscou contextualizar historicamente tal trajetória e identificar as influências desse projeto. Observou-se que a cidade ainda convive com o ideal de internação psiquiátrica, embora a construção da atenção psicossocial em Assis esteja ocorrendo lentamente, uma vez que a superação do modelo manicomial é um processo que requer a formulação de um outro saber sobre a doença mental e seu tratamento, ou seja, de um outro estatuto jurídico para o louco e um outro lugar social para a loucura.

Palavras chaves: saúde mental, história da psiquiátrica, reforma psiquiátrica, atenção psicossocial

¹ Graduada em Psicologia pela Faculdade de Ciências e Letras da UNESP-Assis. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social.

² Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professora assistente doutora da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP-Assis. Tem experiência na área de saúde coletiva, com ênfase em saúde mental e atenção psicossocial, atuando principalmente nos seguintes temas: serviços substitutivos em saúde mental, políticas públicas em saúde e saúde mental, implantação e organização de serviços e ações em saúde mental, supervisão de equipe de serviços de saúde, formação profissional na saúde, supervisão clínico-institucional de CAPS.

Introdução

O município de Assis, localizado no oeste do Estado de São Paulo, foi fundado em 1905 e possui uma população, estimada pelo IBGE em 2008, de 97.725 habitantes.

A atenção em Saúde Mental pública no município acompanha, à distância, as políticas tanto nacional como estadual para o setor, em especial aquelas construídas após 1964. Seus serviços e ações em Saúde Mental (SM) no Sistema Único de Saúde (SUS), tal como a da saúde como um todo, organiza-se em uma rede regionalizada e hierarquizada em níveis de atenção primária, secundária e terciária, de acordo com um sistema de referência e contra-referência.

As ações de SM iniciam-se nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). O Ambulatório de Saúde Mental (ASM), por sua vez, é responsável pelo atendimento dos usuários através de medicamentos e de atividades psicoterápicas (individuais e em grupo), além do encaminhamento para internações, cujas referências são a enfermaria psiquiátrica do Hospital Regional localizado no município e o Hospital de Saúde Mental de Ourinhos-SP, situado a 70 km. O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) “Rui de Sousa Dias” desenvolve ações intensivas com usuários com sofrimento psíquico grave, buscando atender a Portaria 336/2001, por intermédio “da reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários” (Brasil, 2004, p. 13).

Dessa maneira, o CAPS e o ASM da cidade são responsáveis pelas ações denominadas intensivas e semi-intensivas sem, no entanto, ter a atribuição de atender as situações de emergências, e sim apenas as intercorrências de seus usuários diários. As situações de urgência e emergência da SM são atendidas no Pronto-Socorro Municipal que reencaminha o usuário para o ASM/CAPS ou viabiliza a sua internação nos hospitais de referência da cidade. Nesse contexto, o CAPS atuaria como um serviço intermediário entre o Hospital e o Ambulatório e, portanto, na maioria das vezes, ele não consegue cumprir sua missão, também definida na Portaria acima citada, de ser “um serviço aberto e comunitário do SUS que foi criado para substituir o modelo hospitalocêntrico de assistência em saúde mental” (idem).

O ASM e o CAPS localizam-se em bairro distante do centro da cidade e das UBSs. Ambos funcionam em um mesmo prédio no qual o projeto original previa a construção de um Hospital Psiquiátrico (HP), cujas obras foram interrompidas logo no seu início.

Desse modo, pode-se afirmar que o município nunca conviveu com a presença concreta de Hospitais Psiquiátricos. As internações de seus usuários, mesmo no período em que o único atendimento público em SM disponível à maioria da população era a internação psiquiátrica, sempre ocorreram em instituições localizadas em municípios de outras regiões, a uma distância em torno de 70 quilômetros (Marília, Garça, Tupã e Presidente Prudente).

É importante sublinhar que o ASM/CAPS ocupa apenas uma parte da construção original destinada ao HP. O espaço foi readaptado de modo que as mudanças atendessem às exigências e às necessidades de uma estrutura ambulatorial, pois naquele momento repercutiam na cidade os primeiros ecos das experiências e propostas alternativas à internação psiquiátrica já presente em âmbito federal e estadual, e que representavam os primeiros momentos historicamente importantes do início da Reforma Psiquiátrica.

Apesar da conclusão do prédio do antigo HP e sua destinação para diversas instituições, do desenvolvimento do bairro em que os serviços se localizam, além do desenvolvimento de ações junto à população e instâncias de participação popular visando à promoção de uma maior aproximação entre eles e a comunidade, observa-se ainda a forte presença do ideário do projeto inicial do HP no imaginário social da cidade.

O fato do prédio do ASM/CAPS ter sido originalmente projetado para ser um grande HP - sem nunca ter sido de fato - no início da década de 1970, na vigência da ditadura militar, esse projeto parece ter mitificado aquele local. Os serviços de saúde mental, ali alojados, atualmente são percebidos como HP. Tal referência popular tem raízes históricas as quais resgatamos através de publicações veiculadas em um dos jornais impressos locais no período de sua construção.

Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo conhecer a trajetória inicial da assistência em Saúde Mental em Assis, de modo a explicitar alguns aspectos fundantes do processo de definição do projeto e da construção do HP, contextualizando-os historicamente e articulando-os com os conceitos de doença mental e de seu tratamento vigente na época e norteadores da política para o setor.

Este estudo também tem como intuito compreender o processo de construção do SUS e da Atenção Psicossocial como consequência da trajetória do Movimento da Reforma Psiquiátrica (RP) por intermédio da história local. Portanto, este trabalho parte da premissa que tal trajetória, tal como ocorre em outros municípios, é herdeira de inúmeras lutas por parte de profissionais da SM - e de outros atores de outros setores sociais - por melhorias em sua assistência, quando o único recurso de tratamento era o HP. Ou seja, é importante considerar que o hospital psiquiátrico nos dois últimos séculos tornou-se o local de tratamento para os loucos, apesar das inúmeras e contundentes críticas e denúncias sobre ele e seu *modus operandis*. Como tal, ele constitui-se uma instituição social, com dupla finalidade: tratar o louco e manter a população das cidades protegida da loucura e de seus perigos (Weyler, 2006).

Nesse sentido, é “... imprescindível que se considere que a memória da cidade também se encontra apoiada nos manicômios e nas experiências que tantas pessoas fizeram durante o período em que ficaram internadas” (idem, p. 390).

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa exploratória documental, em especial de reportagens e informes publicados no jornal diário *Voz da Terra*, entre os anos de 1970-1973 e 1980-1987, realizado junto ao acervo do Centro de Documentação e Ensino à Pesquisa (CEDAP) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Assis. Foi selecionado este período histórico por que este retrata o início das discussões, das decisões políticas locais e estaduais a respeito da construção de um hospital psiquiátrico e da elaboração de um projeto de assistência em saúde mental.

É importante destacar que alguns erros ortográficos e de concordância verbal, de sinais e de vocabulário presentes nos textos originais do jornal foram mantidos com a marcação “sic” para indicá-los.

Resultados e discussões

Foram encontradas 29 referências sobre o tema nas edições pesquisadas, das quais 25 eram reportagens e 4 informes sobre a construção e a destinação do prédio HP. Foi possível contrapor as informações retiradas dos periódicos com as encontradas em outros documentos, textos e estudos sobre o tema. Constatou-se que enquanto as reportagens e informes evidenciam uma postura conservadora através de suas notícias claramente vinculadas aos propósitos do governo militar e ao ideal de progresso vigente, os textos pesquisados contemplam informações, realizam reflexões e preenchem lacunas dos discursos veiculados na imprensa local sobre o processo de constituição de uma política de saúde mental em Assis e região.

A partir da leitura das notícias coletadas sobre o HP de Assis, definimos três temas de análise:

- ✓ O início da construção do HP: as instituições, atores políticos e valores compartilhados na época;
- ✓ O curso de Psicologia da UNESP-Assis;
- ✓ A construção de uma rede de atenção em Saúde Mental pública a partir de 1980 no município.

O início da construção do HP: as instituições, atores políticos e valores compartilhados na época.

No início da década de 1970 observava-se no Brasil, assim como em toda a América Latina, a expansão das propostas da política norte-americana, por intermédio da definição de metas sociais com a Organização dos Estados Americanos (OEA), com o objetivo de superar os obstáculos para o desenvolvimento dos países dependentes.

Naquele período, no setor de Saúde Mental, a assistência expandiu e adquiriu no país o status de prática assistencial de massa. Tal expansão caracterizava-se pela modificação de uma assistência destinada apenas ao doente mental indigente para uma que abrangesse a classe trabalhadora e seus descendentes. Essa expansão torna-se um negócio altamente rentável para a iniciativa privada.

Em tal contexto, o então prefeito de Assis, Tufi Jubran, do partido MDB (Movimento Democrático Brasileiro), doou, em 1970, um terreno com uma área de 41.980 m² para a construção do HP. A obra, uma iniciativa do Lions Clube de Assis, Distrito L-12, uma instituição prestadora de serviços comunitários e filantrópicos, “previa 5.000 m² de construção dentro dos moldes da psiquiatria clássica” (Francisco, 1990, p. 38).

Nas edições pesquisadas foram encontradas diariamente notas sobre campanhas de arrecadação de fundos, com forte apelo emocional aos leitores, para construção de instituições filantrópicas, tais como as da Associação de Pais e Amigos do Excepcional (APAE) e as do Hospital Distrital. Da mesma forma, foram realizadas campanhas para a concretização das obras do HP.

A primeira reportagem encontrada foi sobre a doação do terreno pela Prefeitura e o estabelecimento do convênio entre o Lions e o Estado para a viabilização da construção do HP. O texto, em tom de exaltação e parcialidade, destacava: “de capital importância para a região, pois visa atender grande número de pessoas necessitadas” (Voz da Terra, 02/09/1970, p. 1). Apesar do tom ufanista, a matéria refletia alguns aspectos importantes daquele momento. O primeiro deles estaria relacionado à precária situação da assistência na Saúde Mental no município.

No final da década de 60, a população assisense, tanto rica quanto pobre economicamente, era totalmente desprovida de atendimento em saúde mental; a falta de estruturas primárias e secundárias obrigava a população assisense a ver na hospitalização psiquiátrica em cidades distantes cerca de 100 km, a única resposta a suas necessidades (Francisco, 1990, p. 38).

O segundo seria o alinhamento do projeto do HP com a política nacional de Saúde Mental da época. Por um lado, estava em curso no país o processo de criação no país de uma ampla rede de hospitais particulares e conveniados com o poder público, em substituição aos velhos e precários hospitais públicos. De outro lado, tal política incentivava as entidades filantrópicas a se interessarem pela assistência em Saúde Mental, notadamente a construção e administração de hospitais psiquiátricos (Luzio, 2003).

Finalmente outro aspecto a ser destacado refere-se à concepção de doença e de cuidado vigente, na qual já anunciava “um certo modo de representação da doença mental, no qual o hospício é a instituição legítima para o cuidado com a loucura” (França, 1994, p. 58).

Tal representação fica mais explícita na reportagem sobre a exposição que o presidente do HP fez sobre a obra na reunião festiva que o Lions Clube realizou para oficializar a construção: “o Hospital duplicará a capacidade hospitalar de Assis, com mais de 228 leitos, e permitirá a criação do quinto ano de Psicologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, haja visto [sic] que é imprescindível para os estudantes estagiarem, lidando diretamente com psicopatas.” (Voz da Terra, 12/01/1971, p.1).

A fala do presidente do HP, engenheiro idealizador do projeto, parece indicar que o HP era o único serviço de saúde capaz de atender às necessidades da população naquele momento. Assim, o aumento de leitos associado à provável conquista do 5º ano de Psicologia e, conseqüentemente, a ampliação do ensino universitário local, eram sinônimo de progresso do município e que, portanto, deveriam ser comemorados.

Portanto, a exaltação da construção do HP tanto estaria confirmando a análise realizada por França (1994, p.59), na qual aponta que “como fazia parte da política estatal da época aumentar o número de leitos psiquiátricos, essa luta inicialmente vai receber o apoio dos órgãos municipal, estadual e federal”, como estimulando o apoio dos leitores através da simpatia pela obra: “É mais um projeto de grande envergadura lançado pelo Lions e que merece o apoio irrestrito das autoridades e do povo desta região” (Voz da Terra, 12/01/1971, p.1).

A construção foi iniciada com contribuições dos poderes público, privado e civil, tanto na forma de recursos financeiros como também de material, como está descrito no mesmo texto desta reportagem: “Informou ainda o Dr. Arthur Luciano de Oliveira que o Consórcio de Promoção Social já doou 200 milheiros de tijolos”. E acrescentava: “É um gesto louvável que deve ser imitado por aqueles que são susceptíveis a iniciativas meritórias como a do Lions” (Voz da Terra, 14/01/1971, p.1).

As autoridades que destinaram recursos para a construção do HP receberam o reconhecimento público e outras honrarias do clube de serviço responsável pela obra. Podemos observar este fato não apenas nos textos acima destacados, como também no final da reportagem, mais especificamente em uma nota na qual se informa a posse do então prefeito, Tufi Jubran, como membro do Lions Clube

A mesma matéria apontava em seu final: “Destá forma [sic] a idéia do Lions vai arregimentando forças para concretizar seu principal objetivo: assistir ao psicopata, através de modernas técnicas” (Voz da Terra, 12/01/1971, p.1).

A reafirmação da redução da pessoa com transtornos mentais como psicopata aponta a prevalência na proposta assistencial do HP de Assis pela concepção da loucura como doença não apenas incurável, mas de alta periculosidade (Luzio, 2003, p.240). Os modernos meios de tratamento continuavam sendo pautados pelo método segregador e disciplinar em que se combinavam técnicas de isolamento e exclusão social do usuário, de terapêuticas medicamentosas e de sujeição a normas socializadoras e punitivas.

Além disso, a visão dos empreendedores sobre o HP destacava a caridade como atributo importante da assistência, como aponta França (1994, p. 60-61), com base no Estatuto do empreendimento: “[...] O HP de Assis é [...] uma sociedade civil, [...], destinando-se à prática da caridade cristã, no terreno da assistência aos doentes mentais em geral, sem distinção de raça, nacionalidade, credo filosófico, crença religiosa”.

Sobre este trecho, a autora faz uma reflexão: “[...] o doente mental antes de se constituir enquanto sujeito com direitos e atendimento pelos órgãos de saúde, é encarado como aquele sobre o qual vai incidir uma política caritativa” (França, 1994, p. 60-61).

A ação caritativa do referido clube de serviço representava naquele momento um braço da política do Estado. Uma nota de grande destaque anuncia o apoio do Estado, cuja manchete dizia: “Presente de Natal: 500 milhões ao Psiquiátrico.” (Voz da Terra, 24/12/1971), conquistado após uma audiência do prefeito de Assis, Tufi Jubran com o governador, na qual, entre outras solicitações para a cidade, pediu recursos para a construção do HP.

Em outra reportagem do dia 30 de dezembro de 1971, sobre o mesmo assunto ficou explicitada a intenção do governador em relação ao HP: “Na ocasião Natel interessou-se pela obra, tendo em vista que o Governo pretende solucionar de vez o problema dos doentes mentais do Estado através do Plano Juqueri, elaborado pela Secretaria da Saúde.” (Voz da Terra, 30/12/1971, p. 1).

É importante ressaltar que o HP do Juqueri, construído na cidade de São Paulo na passagem dos séculos XIX/XX,

. . . momento no qual o intenso e rápido processo de urbanização e industrialização da então Província de São Paulo [produziam] pressões junto ao poder público para resolver o problema dos loucos que lotavam as cadeias da cidade e resultou na criação, em 1898, do Hospício do Juqueri, construído por Franco da Rocha, após uma longa negociação política. [...] cumpriam uma função social de legitimar a exclusão de indivíduos ou setores sociais não enquadráveis, indisciplinados. (Yasui, 2006, p. 21).

A construção do HP de Assis, embora em outra época, também era orientado pelo ideal de progresso vigente através da urbanização e da conseqüente higienização das vias públicas a partir da união do Estado, da filantropia e da medicina. Sobre esta união, recorremos à França (1994, p. 47):

Civilizar, urbanizar o homem: eis o objetivo de uma boa política. [...] Centrada na figura do homem sadio, a influência médica instrumentaliza a visão do Estado em um conhecimento ao mesmo tempo globalizante e individualizante do homem como ser natural e social, como indivíduo e população. Um organismo vivo que integra um organismo social.

É importante destacar que no momento em que se iniciou a construção do HP de Assis, as diretrizes para a SM, definidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para os países latino-americanos, provocavam reações no Brasil. E, a partir de 1970, oficialmente, passou-se a priorizar no país as ações extra-hospitalares no tratamento da sofrimento psíquico e a necessidade de ações preventivas que garantissem práticas, atividades e participação comunitária para superar as práticas manicomiais.

Também já existiam na época graves denúncias de favorecimento governamental aos empresários da denominada ‘indústria da loucura’. Tal situação, associada à ineficiência da assistência oferecida aos pacientes internados e o elevado custo dessas ações, fez com que o poder público deixasse de investir no setor e, conseqüentemente, houvesse um lento recuo na expansão dos hospitais psiquiátricos no país.

Em tal contexto, a destinação de recurso financeiro público para a construção do HP de Assis foi diminuindo e seus idealizadores tiveram que buscar outras estratégias e aliados para continuarem a obra.

O curso de Psicologia da UNESP campus de Assis

O curso de Psicologia foi criado em 1966 na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (FAFIA). Esta, por sua vez, compunha o conjunto de faculdades públicas criadas no final da década de 1950 no interior do Estado de São Paulo. A partir de 1976 esta faculdade passou a integrar a Universidade Estadual Paulista (UNESP), constituindo o campus de Assis (UNESP-Assis).

A existência de uma faculdade pública na cidade, que oferecia cursos de Letras, História, Filosofia e Psicologia, produzia reações contraditórias na população. De um lado, a presença de professores e alunos de outros centros, com atitudes muitas vezes consideradas avançadas para os valores locais, chocava a cidade. De outro, as conquistas referentes à faculdade eram consideradas importantes para o progresso do município. Assim, era frequente encontrar nos jornais da cidade reportagens com manchetes de capa sobre a faculdade como, por exemplo, a matéria intitulada: “Curso de Psicologia de Assis é reconhecido” em que informava o reconhecimento oficial do curso da FAFIA pelo então Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici (Voz da Terra, 03/12/1970).

Na sequência, outra reportagem de capa com o título: “Assis pleitea [sic] quinto ano de psicologia para FAFIA”, destacava o início de um movimento por parte dos universitários deste curso reivindicando ao Governo do Estado a criação do quinto ano. Até aquele momento o curso fornecia apenas formação em Bacharelado e Licenciatura. Ao final, a matéria conclamava a população e, em especial, as autoridades locais para assumirem a reivindicação: “A causa por que lutam os academicos [sic] da FAFIA é comum a todos os concidadãos assisenses. É hora de todos ter [sic] consciencia [sic] da

importancia [sic] desta reivindicação e integrarem-se de corpo e alma desta luta” (Voz da Terra, 22/05/1971).

As notícias sobre o andamento do processo de criação do quinto ano de Psicologia prosseguiram nas reportagens das edições seguintes, como a anunciada pela manchete: “Quinto ano de Psicologia depende de verba”. A matéria abordava a audiência concedida pelo coordenador da Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo, órgão da Secretaria da Educação, Dr. Dorival Teixeira Vieira, ao grupo de representantes da FAFIA formado por, entre outros, diretor da faculdade, docentes e discentes do curso de Psicologia. Na ocasião, o coordenador prometeu estudar com o prefeito a possibilidade de a prefeitura abrir convênio com a FAFIA, pois, estimava-se “uma verba de 300 mil cruzeiros para cobrir despesas com o pagamento de professores, viagens de alunos para estagiarem em Marília e outros gastos”. (Voz da Terra, 04/06/1971).

A exigência de estágios curriculares e a falta de lugar para os alunos os realizarem na própria cidade de Assis tornaram-se importantes argumentos para os idealizadores do HP do Lions Clube entrarem na luta dos alunos pela reivindicação do 5º ano de Psicologia no curso de Assis.

Vale ressaltar que, em entrevista publicada em outra edição do mesmo jornal, o representante dos alunos do curso reafirmou a importância da criação do 5º ano, uma vez que ele permitiria a formação do aluno como psicólogo e como tal poderia atuar nas áreas: clínica, educação e industrial-comercial. No entanto, a atuação do psicólogo na área de clínica não aparecia relacionada com o tratamento do doente mental em hospitais psiquiátricos, mas sim com o “atendimento a crianças e adolescentes com problema de comportamento, que por falta de técnicos na região são encaminhados para a capital, e ainda contribuir com a APAE no atendimento de crianças com deficiências mentais profundas [...]” (Voz da Terra, 22/05/1971).

Mesmo assim, na reportagem sobre a visita do coordenador da CESESP à Faculdade, na qual este assegurou a instalação do 5º ano no curso de Psicologia, destacava a presença, entre as autoridades locais, do representante do Lions Clube, o diretor do HP, o engenheiro Arthur Luciano de Oliveira. Na ocasião, ele reafirmou que:

. . .o quinto ano de Psicologia é de enorme interesse para a obra que o Lions idealizou e construirá no Jardim Aeroporto [...] Neste nosocômio os estudantes estagiariam, trabalhando diretamente com psicopatas. Desta forma os universitários não precisariam ir a [sic] Marília, onde há um Hospital da espécie. [...] (Voz da Terra, 22/06/1971).

Meses depois, em 04/12/1971, foi noticiado que o prefeito participaria de uma audiência com o então governador paulista Laudo Natel para pleitear, entre outras coisas, a implantação do 5º ano do curso de Psicologia, a liberação de verbas junto ao Conselho Estadual de Auxílios e Subvenções no valor de 700 mil cruzeiros, sendo 600 para o HP e 100 para a Santa Casa de Misericórdia (Voz da Terra, 04/12/1971).

Entretanto, os recursos arrecadados junto à população para continuar a obra do HP terminam ainda 1971. Também se esgotaram as possibilidades de continuar recebendo recursos do Estado em função da limitação de verbas para construções de hospitais imposta pela política governamental da época. Esses fatos provocaram a paralisação da obra. O prédio inacabado do HP foi abandonado, exposto à deterioração e à depredação (Francisco, 1990).

Em uma nota em outubro de 1972 em que se relatava uma atividade dos alunos do curso de Psicologia com alunos do Ensino Fundamental e Médio, foi possível deduzir que o quinto ano de Psicologia passou a funcionar naquele ano sem a necessidade do HP, como segue neste trecho: “Com pouco mais de dois meses de vida, o curso de Formação de Psicólogos [sic] da FAFIA de Assis, já mostra serviço”. (Voz da Terra, 26/10/1972).

Durante uma década a cidade conviveu com o fantasma de dois elefantes brancos, pois além da obra inacabada do HP existia outra construção nas mesmas condições: a do Hospital Distrital - um hospital geral, de abrangência regional, cuja finalidade era atender à demanda dos municípios da região³. Naquele período, sempre que algum problema na área de saúde surgia ambos eram lembrados e recebiam destaque na imprensa local. Em tais situações, a conclusão das referidas obras eram reivindicada com severas críticas aos gestores públicos, notadamente dos governos federal e estadual, em função da não liberação de recursos para esse fim.

A construção de uma rede de assistência em saúde mental pública em Assis a partir de 1980.

Os anos 1980 no Brasil iniciaram com o agravamento da situação econômica e o início do processo de redemocratização. Foi nesse cenário que ocorreu a ampliação e o aprofundamento de discussões acerca do atendimento em saúde mental. De acordo com Yasui (2006, p.34):

Paradoxalmente, foi nesta conjuntura desfavorável que a Reforma Sanitária (RS) e a Reforma Psiquiátrica (RP) começam a se apresentar no cenário nacional, como um processo não apenas de transformação da assistência e de construção de uma nova agenda para a saúde pública, mas como um projeto de redemocratização.

Tais reformas discutiam, entre outras pautas: a questão da saúde como direito dos cidadãos e dever do Estado, a relação entre Estado e entidades filantrópicas na área da saúde, assim como o próprio modelo manicomial como um conjunto de práticas segregadoras, violentas e, portanto, não-terapêutica. Esses temas estavam estreitamente vinculados ao processo de luta por transformações da sociedade.

Em tal contexto, em Assis, um fato traria à tona mais uma vez a discussão acerca do prédio do HP. A imprensa local divulgou a negociação entre o Lions Clube e uma Associação dos Fornecedores e Plantadores de Cana (ASSOCANA) envolvendo a doação do prédio inacabado do HP para que ali fossem instalados a Cooperativa e o Centro de Assistência Social desta associação (Luzio, 2003).

Diante da possibilidade de se mudar a finalidade original daquele prédio, iniciou-se na cidade uma discussão sobre a referida doação e, principalmente, sobre a suposta perda de um local que até aquele momento poderia vir a garantir o atendimento em Saúde Mental à população do município e região.

³ A construção do atual Hospital Regional (HR), originalmente denominado de Hospital Distrital (HD), foi iniciada em 1972, por diversas entidades filantrópicas da cidade, entre eles, o Rotary Club e a Mitra Diocesana. Em 1988, as entidades passaram 75% da obra construída para o Governo do Estado de São Paulo e, em 1990, o Governo retomou as obras e elaborou um projeto de funcionamento para o hospital atender toda a região. Em 1991 ele foi inaugurado e aberto parcialmente para o atendimento da população.

Naquele momento, repercutem na cidade os primeiros ecos das experiências e propostas alternativas à internação psiquiátrica já presente em âmbito federal e estadual, e que representam os primeiros momentos historicamente importantes para o início das articulações da Reforma Psiquiátrica. (Luzio, 2003, p. 242).

A autora prossegue destacando que alunos, professores, psicólogos e suas respectivas entidades representativas (Centro de Estudos Psicológicos, Associação de Docentes e Sociedade de Psicologia) incluíram, em suas pautas de discussões, temas como doença mental e loucura, formas de tratamento, a violência das instituições psiquiátricas, prevenção e atendimento ambulatorial. Ao final, foi aprovada a proposta de se transformar aquele espaço em um Ambulatório de Saúde Mental (ASM).

Após longas negociações com o Lions Clube de Assis, foi elaborado um anteprojeto de ASM em uma parte do prédio de aproximadamente 1300 m², sendo que o espaço físico foi amplamente readequado de acordo com as exigências e necessidades de uma estrutura ambulatorial, tais como: abertura do espaço destinado a um dos futuros quartos fortes; reformas dos locais inicialmente destinados às enfermarias de internação para se garantir salas para atendimento individuais, grupais, terapia ocupacional, posto de enfermagem, banheiros, cozinha, salas de recepção, da secretaria e de espera, farmácia, entre outros. O seu projeto terapêutico era inspirado tanto na experiência iniciada em 1973 no Estado de São Paulo como no plano integrado de Saúde Mental, lançado em 1977 pelo Ministério da Saúde em conjunto com as Secretarias de Estado da Saúde. (Luzio, 2003).

O Lions Club nomeou uma comissão entre seus associados para retomar as campanhas e concluir a parte do prédio, de acordo com a proposta do anteprojeto de ambulatório. Também foi criada uma comissão assessora, denominada de comissão técnica e composta de representantes do Curso de Psicologia – alunos, professores e representantes de entidade profissionais ligadas à área de Saúde Mental (idem).

Para a autora, apesar da aceitação do Lions Club de se construir um ASM, ficava explícito em todos os momentos (reuniões, matérias de jornais, campanhas de arrecadação), que a proposta de construção do HP continuava pulsando nos membros do Lions Clube e até mesmo se fortalecia na medida em que a arrecadação de fundos prosperava. “Tais evidências abarcam desde a insistência em denominar o projeto de hospital psiquiátrico até a intenção de se continuar as obras do hospital depois da conclusão do ambulatório” (Luzio, 2003, p. 243).

Em setembro de 1984 foi inaugurado o ambulatório sob o nome de Hospital Psiquiátrico Ambulatorial. O nome do ambulatório apontava uma espécie de solução de compromisso entre os dois projetos bem distintos de assistência nessa área defendidos pelos grupos envolvidos no projeto. De maneira geral, tal denominação continua ainda presente no imaginário social dominante na cidade acerca do tratamento em Saúde Mental. Durante muito tempo, as placas indicativas de trânsito da cidade denominavam o ASM como HP (idem, 2003).

As atividades do ASM centravam-se na consulta psiquiátrica e na psicoterapia individual e este, até final de 1987, foi administrado por uma comissão nomeada pela entidade filantrópica e mantido com pequenas verbas repassadas pela Coordenadoria de Assistência Hospitalar da Secretaria do Estado da Saúde, do poder público municipal, da cobrança de carnês junto à sociedade civil, bem como de uma pequena taxa da sua clientela (Francisco, 1990).

O curso de Psicologia, ao se afastar da comissão técnica do ASM, procurou articular-se com a política de Saúde Mental do novo governo estadual iniciado em 1982, cuja proposta era, entre outras, a ampliação da rede extra-hospitalar e a implantação de equipes nos centros de saúde. Um grupo de professores-supervisores do Departamento de Psicologia Clínica constituiu um núcleo de estágio curricular junto ao Centro de Saúde I com o objetivo de favorecer a implantação de serviços de Saúde Mental naquela unidade, contribuindo para a criação da equipe mínima para área naquela instituição em 1986.

Assim, no ano de 1983 em Assis, segundo Luzio (2003), observava-se o confronto de dois projetos antagônicos. De um lado, o grupo do curso de Psicologia buscava a implantação de um projeto de Saúde Mental extra-hospitalar, consoante com a política do novo governo estadual, e de outro, os representantes do Hospital Psiquiátrico Ambulatorial alimentavam expectativas de poderem concluir o HP, pois acreditavam que a nova política estadual não seria implantada e ficaria apenas no papel. Eles, de fato, não acreditavam ser possível tratar sem internar as pessoas consideradas doentes mentais.

Em reunião realizada na Câmara Municipal entre os representantes dos diversos segmentos da sociedade e o Coordenador de Saúde Mental da Secretaria do Estado da Saúde, tal antagonismo alcançou seu mais alto ponto de tensão. O Coordenador reafirmou que a política estadual de saúde mental tinha como meta o não credenciamento de novos leitos psiquiátricos, conforme podemos constatar na matéria publicada na época:

. . .durante a reunião o presidente do Hospital Psiquiátrico [...] procurou saber ‘em que pé ficariam as obras do psiquiátrico, onde a comunidade e o Estado já investiram cerca de 500 milhões de cruzeiros’. [...] ‘O Estado tem profundo respeito pelas iniciativas dos órgãos de promoção social e clube de serviços na área filantrópica’, disse o coordenador de Saúde Mental. ‘Qualquer decisão sobre os destinos das obras do hospital psiquiátrico deveria ser tomada pela comunidade’ (Voz da Terra, 1983, p. 3).

Segundo Luzio (2003), a matéria não incluiu o pronunciamento completo do coordenador da Saúde Mental do Estado de São Paulo proferido no encontro, uma vez que o mesmo, ao destacar a autonomia da comunidade para decidir sobre os destinos das obras do HP, afirmou também que a nova política de Saúde Mental do Estado não previa o credenciamento ou a construção de novos leitos e concordou ainda com a proposta do então Prefeito de se instalar uma ala de leitos psiquiátricos no futuro Hospital Distrital:

. . .a idéia do prefeito [...] de aproveitar as instalações do Hospital Distrital para abrigar também os serviços de Saúde Mental do município, foi considerada ‘uma das realizações mais avançadas na área da saúde pública’ pelo coordenador da Saúde Mental do Estado de São Paulo [...] (Voz da Terra, 1983, p. 1).

A visita do coordenador da SM do Estado de São Paulo na cidade parece ter sido um marco na história da assistência em SM local. A posição do Estado em não criar mais leitos em hospitais psiquiátricos gerou inicialmente severas críticas dos defensores da construção do HP. Entretanto, os setores comprometidos com a nova política estadual para a área da SM consideraram a referida reunião fundamental para inviabilizar a conclusão e o funcionamento do HP na cidade.

Repercutia, assim, mais uma vez no município, mesmo que por intermédio de uma autoridade estadual, as discussões por parte dos profissionais de saúde e da população em geral a respeito da situação precária na qual se encontrava a saúde pública por conta de heranças econômicas e políticas e, mais especificamente, das denúncias de maus-tratos nos Hospitais Psiquiátricos. Segundo Desviat (1999, p. 144):

A denúncia das condições de vida nos manicômios e da falta de respostas adequadas à atenção à saúde mental foi parar nas primeiras páginas dos jornais, chegando também às Câmaras Legislativas e aos foros profissionais. Transformou-se em uma questão política. O universo sanitário - órgãos oficiais, clínicas universitárias, associações profissionais e de usuários - entrou em debate sobre objetivos e estratégias, sobretudo depois que a direção de saúde mental do Ministério da Saúde promoveu um conjunto de congressos municipais e estaduais que confluíram para a concorrida Conferência de Brasília [...].

A Conferência a qual o autor se refere é a 1ª Conferência Nacional de Saúde Mental realizada em 1987. Nela foram discutidos os temas sobre a relação da economia, sociedade e Estado e seus impactos sobre a saúde e a doença mental, tais como: a Reforma Sanitária e a reorganização da assistência à SM; cidadania e doença mental em termos de direitos, deveres e legislação. No que se refere à reorganização da assistência, o relatório final introduz a especificidade da SM no contexto das diretrizes e princípios já apontados para a constituição do SUS na 8ª Conferência Nacional de Saúde, ocorrida em 1986. Também reafirma os mesmos princípios já consagrados, entre eles a reversão da tendência hospitalocêntrica com prioridade para o sistema extra-hospitalar.

Ambos acontecimentos foram fundamentais na construção de um novo modelo de saúde e SM no país. O SUS - orientado pelos princípios da universalidade, equidade, descentralização, regionalização e integração dos serviços de saúde, atenção integral, prioridade às ações básicas de saúde e à participação popular - permitiu uma maior autonomia das Prefeituras em administrar os recursos repassados por órgãos federais e estaduais de acordo com a realidade local, efetivando as experiências anteriores como as Ações Integradas de Saúde (AIS) iniciadas em 1982 a partir da proposta do Conselho Nacional de Administração da Saúde Previdenciária (CONASP) e a criação do SUDS (Sistema Único e Descentralizado de Saúde) em 1987.

Até aquele momento, a população assisense contava com três instituições que faziam atendimento em Saúde Mental Pública: o Centro de Saúde – I (CS-I), a Clínica de Psicologia Aplicada (CPA) -unidade auxiliar do curso de Psicologia da UNESP- e o Ambulatório do Lions. Este último, diante de dificuldades financeiras para arcar com sua manutenção, pouco contribuiu na construção de uma rede de serviços em SM extra-hospitalar, pois este “continuava com sua dinâmica própria, onde o fluxo de atendimento não era intenso” (Francisco, 1990, p. 46).

Dessa maneira, em 1987, foi elaborado um projeto de Assistência em Saúde Mental com objetivo de construir novas formas de intervenção na área da Psicologia Clínica na saúde pública e contribuir no atendimento da demanda de SM em Assis e região. Aquele projeto integrava os recursos materiais e humanos já existentes no CS - I, gerenciado pela Secretaria de Saúde do Estado por intermédio do ERSA-20 (Escritório Regional de Saúde) e no CPA, onde se previa a criação de um Centro de Atenção Médico - Psico Social (CAMPS) nas dependências do CPA.

No final de 1987, no momento da assinatura do convênio entre a UNESP e a Secretaria de Saúde do Estado para viabilizar o CAMPS, um acontecimento impediu sua concretização, conforme matéria divulgada no jornal no último dia deste mesmo ano:

A partir da próxima segunda-feira todos os casos de tratamento mental da municipalidade serão atendidos no ambulatório do Hospital Psiquiátrico [...] A alteração no atendimento de Saúde Mental na cidade só foi possível após a doação de toda a área do Hospital psiquiátrico à Prefeitura Municipal, pelo Lions e através de um acordo firmado recentemente entre a administração e a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.” (Voz da Terra, 1987, p. 3)

O Lions Clube doou para a Prefeitura o prédio inacabado do HP com o ambulatório em funcionamento em um pequeno espaço, sob a justificativa de “impossibilidade financeira e arranjos políticos” (Francisco, 1990, p. 48).

Assim, no início de 1988, o atendimento em SM do CS-I foi transferido para o novo ASM municipal, instalado nas dependências do prédio do ex-Hospital Psiquiátrico Ambulatorial. Porém, através de um acordo entre os gestores municipais e estaduais, houve apenas a transferência do psiquiatra que compunha a equipe de SM da CS-I para o ambulatório. Tal fato desestruturou o serviço de SM da cidade pois ocasionou o seu esvaziamento e também a transferência desordenada dos usuários para o novo ASM.

Essa determinação política de remanejar o Setor de Saúde Mental do Centro de Saúde para o Ambulatório acabou servindo para ‘expurgar’ do Centro de Saúde o perturbado transitar da loucura no dia-a-dia desse espaço, acostumado com as ‘doenças do corpo’ e com dificuldades de se adaptar com os ‘doentes da mente’ (Francisco, 1990, p.48).

Em 1989, o atendimento público em SM sofre refluxo, uma vez que com o início da municipalização da saúde esse setor não foi municipalizado, ficando o Ambulatório sob a responsabilidade do Estado, por intermédio do ERSA-20. Somente na gestão municipal de 1993-96 a assistência em saúde mental passa a integrar o SUS municipal. (Luzio, 2003).

Logo após a municipalização do ASM, o restante do prédio do antigo HP foi cedido em regime de comodato a diferentes instituições e entidades para finalidades diversas (escola e entidade filantrópica, sede de associação de classe) e aquele espaço físico foi sendo concluído. Também, com o passar do tempo, o bairro se desenvolveu: teve suas ruas asfaltadas, ampliaram-se as construções de novos prédios residenciais e comerciais e passou a contar com transporte coletivo. Enfim, os limites da cidade estenderam-se e o ASM, de certa maneira, deixou de estar isolado na zona periférica da cidade e passou a integrar-se no cenário urbano. Porém, mesmo assim, aquele local continuou sendo denominado de HP.

A partir da década de 1990, identificamos três movimentos políticos em relação à construção da Atenção Psicossocial no município: a criação da comissão de saúde na antiga Delegacia local do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (CRP-6); organização de atividades da Luta Antimanicomial na cidade; e, organização dos profissionais com objetivo de organizar ações de cuidados extr-hospitalares.

Em 1987, a partir do movimento de alguns profissionais dos serviços de SM e professores da UNESP frente à doação do prédio do HP e à transferência do ASM para o município, foi criada a comissão de saúde junto à antiga Delegacia local do CRP-6,.

Esta comissão iniciou um processo de discussão e de proposição de ações acerca da nova política de SM em construção no país para aproximar os profissionais das novas experiências desenvolvidas em outros municípios, notadamente em Santos, e dos avanços das Reformas Psiquiátrica e Sanitária.

O segundo movimento político iniciou-se em 1991 com a realização das discussões em prol da Luta Antimanicomial. Na sua programação foram contemplados vários temas voltados aos aspectos teórico-conceituais, técnico-assistenciais e sócio-culturais.

A Luta Antimanicomial, após 1997, chegou literalmente às ruas com discussões públicas e apresentações de dança, teatro, música, pintura, serigrafia e exposição de trabalhos dos usuários dos serviços de SM de Assis e região em praças, shopping center, bares, clubes, cinemas, teatro municipal da cidade, entre outros, visando a desconstrução de concepções estigmatizantes e preconceituosas em relação ao sofrimento psíquico e à pessoa que é acometida por este sofrimento, bem como a construção de espaços públicos de diálogo e negociação entre os diversos atores sociais. Conseqüentemente, propiciou-se a produção de conhecimento coletivo acerca do sofrimento psíquico e novas formas de cuidado, capazes de romper com o imaginário social de que 'o lugar de louco é o hospício'.

O terceiro movimento político tem como marco inicial o retorno da gestão dos serviços em SM para o município, no período de 1993-96. Nele as atividades foram voltadas para os profissionais com o objetivo de ampliar as ações de cuidado em SM extra-hospitalares e organizar novos serviços substitutivos. Assim, em 1996, foram iniciadas oficinas terapêuticas coordenadas pelos alunos do curso de Psicologia que faziam estágio curricular em SM e alguns profissionais do ambulatório.

Em termos da organização da assistência em SM, em 1997, iniciou o Programa de Atenção Intensiva (PAI) para atender pessoas com intenso sofrimento psíquico e, portanto, com dificuldades de contato pessoal e inserção social, a partir de uma abordagem multiprofissional. A experiência do PAI orientou a elaboração do projeto de Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS/CAPS) pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Assis, com vistas a estabelecer convênio com o Ministério da Saúde.

O Projeto não foi aprovado, mas o PAI continuou. O espaço físico do ASM tornou-se oficialmente CIAPS (Centro Integrado de Atenção Psicossocial). Ali passou a abrigar, além do ASM e do PAI, o Programa de Reabilitação Infantil. A ampliação dos serviços no local associado ao estado de degradação física do prédio parecia reforçar o imaginário social de que ali, de fato, funcionava um HP, ou melhor, uma 'casa de doido'. Tal situação gerava reclamações dos trabalhadores e resistência dos usuários. Embora apenas a existência de bom e aprazível espaço arquitetônico não garantia a qualidade do serviço e de suas ações, observou-se que as más condições físicas contribuíam na reafirmação daquele espaço como segregador e produtor de exclusão tal como os hospitais psiquiátricos.

Em 2002, a Secretaria Municipal de Saúde reformou o prédio do ASM e, a partir de 2003, o PAI transformou-se em um novo serviço de SM. Foi criado o CAPS de acordo com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Saúde Mental, em especial com a Lei 10.216 de 06/04/2001 e a Portaria 336/2002.

Certamente a reforma do prédio e o novo imobiliário parecem ter produzido algum efeito na percepção dos usuários, dos familiares e da população em geral sobre o serviço, assim como os profissionais passaram a se sentir mais valorizados. Mas

também as atividades da Luta Antimanicomial e as ações realizadas pelo ASM/CAPS têm contribuído nessa mudança.

A coordenação e a equipe do ASM/CAPS, a partir principalmente de 2000, passaram a desenvolver ações junto à própria administração pública municipal ou a outros segmentos que mantêm algum tipo de contato com seus serviços como a polícia militar, com o objetivo de aproximar e transformar a percepção desses sobre a SM como HP. Também foram intensificadas as ações com a população e com as instâncias de participação popular, promovendo maior aproximação entre o serviço e a comunidade.

Considerações finais

Este trabalho percorre o caminho da assistência em saúde mental pública em Assis/SP na busca da superação do modelo hospitalocêntrico. Observa-se que o ‘fantasma’ do Hospital Psiquiátrico de Assis, que nunca chegou ser concluído e ativado, permanece vivo no imaginário social. Entre várias justificativas destacam-se o forte apelo da imprensa e autoridade para a sua construção e o intenso envolvimento da população local no processo de construção do HP; as expectativas de se conquistar um bem público e de se alavancar o progresso do município, na ‘era desenvolvimentista’ vigente no país além do fato do referido prédio ter dado espaço a dois serviços extra-hospitalares de saúde mental (ambulatório de saúde mental e CAPS).

De todo modo, a história da assistência em saúde mental no município reflete as concepções sobre a loucura e de seu tratamento ainda vigente, bem como dos avanços e recuos das propostas do SUS e da Atenção Psicossocial no país.

Nessa perspectiva, no panorama em que ocorre o início da construção do HP, a loucura, concebida como doença mental e de alta periculosidade, tinha como única “terapêutica” o isolamento social. Portanto, o Hospital Psiquiátrico, legitimado como o *locus* privilegiado de cuidado das pessoas consideradas doentes mentais, associou-se aos princípios e práticas filantrópicas (Venâncio, 2003). Ainda para a autora, tal fato demonstra que a ciência médica teve um surgimento tardio como saber autorizado para falar e lidar com a loucura em nosso contexto (Idem, p.1088).

Desse modo, a partir da década de 1960, a construção de um HP em um cenário em que não há serviços disponíveis no setor de saúde mental, constituiu o ganho valioso para a população em uma época em que a assistência psiquiátrica no país se expande para toda a classe trabalhadora e seus descendentes, adquirindo o status de prática assistencial de massa. Essa expansão torna-se um negócio altamente rentável para entidades filantrópicas e de iniciativa privada, denominada de “indústria da loucura”, assim como amplia o discurso médico sobre o corpo “doente” e a prática do higienismo das vias públicas derivada do ideal de progresso existente desde o começo do século XX no Brasil e realimentada durante a Ditadura Militar da década de 70 e 80.

O escândalo causado pelas constantes denúncias de maus-tratos no interior dos hospitais psiquiátricos feitas por trabalhadores da saúde mental e veiculadas pela mídia fez com que a população em geral, familiares de pacientes, universidades e diversos setores da sociedade discutissem a respeito da loucura e da necessidade de um processo de desospitalização e da criação de formas alternativas de cuidado (Desviat, 2008). Fez-se necessário também uma reordenação na política pública de assistência em saúde

mental enquanto legislação que regulasse equipamentos em níveis de complexidade de forma regionalizada. Foi compreendido que somente um processo de desinstitucionalização possibilitaria um olhar voltado à pessoa e não à sua doença e de que a terapêutica seria planejada por uma equipe multiprofissional em conjunto com o usuário e sua família, pautada na reinserção social deste na comunidade e na defesa de seus direitos.

A história da construção do HP de Assis e a história das Reformas Psiquiátrica e Sanitária no Brasil são recentes. Convivemos ainda com o ideal de internação psiquiátrica e do uso acentuado de medicações, não somente por parte da prática dos profissionais de saúde como também da demanda dos usuários dos serviços públicos e seus familiares.

Esses apontamentos nos fazem compreender o processo sócio-histórico da posição de saber-poder que a Psiquiatria ocupou no imaginário social e que persiste até a atualidade. Segundo Soares (2004, p. 1):

A Psiquiatria, a justiça penal e a criminologia encarnaram, durante muito tempo, uma forma particular de poder em consonância com esse modelo [de abordagem à doença mental no interior de um espaço institucional], configurado enquanto produção de uma verdade sustentada por normas de conhecimento: o chamado poder-saber proferido por Foucault (1986).

Também Pradoni e Padilha (2006, p. 624) destacam que: [...] apesar das transformações teórico-jurídico-políticas, o fazer desses profissionais ainda se baseia nas relações de poder disciplinar com seus dispositivos de vigilância hierárquica, sanção normalizadora e o exame. [...].

Portanto, o trabalho em saúde mental, conforme Morin (2000, citado por Pradoni; Padilha, 2006) demanda uma compreensão da loucura enquanto condição humana e como um direito à desrazão, de acordo com Pál Pelbart (1990) citado por Zenha (2005).

Deve-se ressaltar ainda que a construção da atenção psicossocial e a superação do modelo manicomial exigem transformações da sociedade para se edificar uma história que privilegie a vida, portanto, insere-se no campo das lutas sociais. Além disso, tais modificações serão possíveis se forem associadas tanto com a formação permanente dos profissionais dos serviços e a reformulação da formação dos futuros profissionais, como no contato com os usuários e com a população para viabilizar a organização dos serviços através de um trabalho conjunto e participativo nesse processo.

Machado, T. F. F. e Luzio, C. A. (2009). The history of Psychosocial Care's construction in Assis: the asylum's spectrum. *Revista de Psicologia da UNESP*, 8(1), 65-82.

Abstract: *The present work approaches the trajectory of Mental Health care in Assis-SP from the beginning of a psychiatric hospital's construction in 1970, which work was interrupted at the very beginning. This is an exploratory documentary, from news and reports published in a daily newspaper, which sought to contextualize historically this trajectory and identify the influences of this unfinished project. It was observed that the city still lives with the ideal of psychiatric hospitalization, although the construction of psychosocial care in Assis is happening slowly. The overcoming of the asylum's model is a process that requires not only the creation of new services replacing psychiatric hospitals, but also the formulation of another knowledge about mental illness and its treatment, another legal status for the insane and another social place for madness. Therefore, it is necessary that society can change itself and build a story that promotes life.*

Keywords: *mental health, psychiatry's history, psychiatric reform, psychosocial care*

Referências

- Anunciado programa de Saúde Mental para Assis (1983, 17 de Maio). *Voz da Terra*, p. 3.
- Assis pleiteia [sic] quinto ano de psicologia para FAFIA (1971, 22 de Maio). *Voz da Terra*, p.1.
- Assis terá Hospital Psiquiátrico. Prefeitura doa terreno. Lions firma convênio (1970, 02 de Setembro). *Voz da Terra*, p. 1.
- Brasil. (2004). *Saúde Mental no SUS: Os Centros de Atenção Psicossocial*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Coordenador assegura instalação do quinto ano (1971, 22 de Junho). *Voz da Terra*.
- Curso de Psicologia de Assis é reconhecido (1970, 03 de Dezembro). *Voz da Terra*, p.1.
- Desviat, M. (2008). *A Reforma Psiquiátrica* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Dia da Orientação Profissional (1972, 26 de Outubro). *Voz da Terra*, p.1.
- Francisco, I.C. (1990). *Psicologia clínica: saúde mental pública – um jeito de pensar o contexto atual no atendimento psicológico à saúde mental pública em Assis – SP*. Texto não publicado.
- França, S. A. M. (1994). *Diálogos com as práticas de saúde mental desenvolvidas na rede de saúde pública*. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica não publicada. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, Brasil.
- Hospital Psiquiátrico recebe auxílio de quinhentos milhões (1971, 30 de Dezembro). *Voz da Terra*, p. 1.

- Lions lança construção do Hospital Psiquiátrico (1971, 12 de Janeiro). *Voz da Terra*, p. 1.
- Luzio, C. A. (2003). *A atenção em saúde mental em municípios de pequeno e médio portes: ressonâncias da reforma psiquiátrica*. Tese de Doutorado em Saúde Coletiva não publicada. Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, Brasil.
- Morin EA. (2000). *Cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*, Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, p. 51.
- Muda o atendimento psiquiátrico em Assis (1987, 31 de Dezembro). *Voz da Terra*, p. 3.
- Pedra fundamental: Lions convida Abreu Sodré (1971, 14 de Janeiro). *Voz da Terra*, p.1.
- Perbalt, P. P. (1990). Manicômio mental: a outra face da loucura. In Lancetti, A. *Saúde Loucura*, nº 2. São Paulo: Hucitec.
- Prandoni, R.F.S. & Padilha, M.I.C.S. (2006, Dezembro). Loucura e complexidade na clínica do cotidiano. In *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, 10(4). Acessado do http://www.portalbvsnf.eerp.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452006000400003&lng=pt&nrm=iso&tlng=PT.
- Prefeito assisense em audiência especial com Laudo Natel (1971, 04 de Dezembro). *Voz da Terra*, p.1.
- Presente de Natal: 500 milhões ao Psiquiátrico (1971, 24 de Dezembro). *Voz da Terra*, p. 1.
- Quinto ano de Psicologia depende de verba (1971, 04 de Junho). *Voz da Terra*, p. 1.
- Santilli sugere serviço para HD (1983, 17 de Maio). *Voz da Terra*, p. 1.
- Venâncio, A. T. A. (2003, Setembro/Dezembro). História do saber psiquiátrico no Brasil: ciência e assistência em debate. *História, Ciências, Saúde*, 10(3). Acessado em 20/10/2008, do <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v10n3/19315.pdf>.
- Yasui, S. (2006). *Rupturas e Encontros: desafios da Reforma Psiquiátrica Brasileira*. Tese de Doutorado em Saúde Pública. Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, Brasil.
- Weyler, A. R. (2006, Dezembro). O hospício e a cidade: novas possibilidades de circulação do louco. *Imaginário*, 12(13), 381-395. Acessado em 20/10/2008, do http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2006000200017&lng=pt&nrm=iso.
- Zenha, R. O. (2005, Novembro). Clínica e reabilitação psicossocial: práticas feitas por muitos. *Mental*, ano III(5), 73-79. Acessado do <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/420/42000506.pdf>.

Recebido: agosto de 2009.

Aprovado: novembro de 2009.